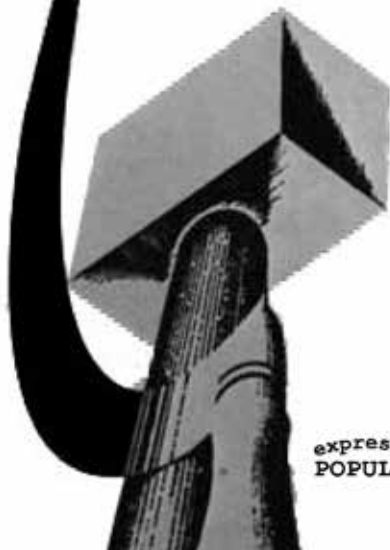


KARL MARX

FRIEDRICH ENGELS

MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA



expressão
POPULAR

KARL MARX
FRIEDRICH ENGELS



MANIFESTO
DO PARTIDO
COMUNISTA

KARL MARX
FRIEDRICH ENGELS



MANIFESTO
DO PARTIDO
COMUNISTA

1ª EDIÇÃO

EDITORA
EXPRESSÃO POPULAR

SÃO PAULO, 2008

Copyright © 2008 by Editora Expressão Popular

Revisão: *Miguel Cavalcanti Yoshida, Geraldo Martins de Azevedo Filho e Ricardo Nascimento Barreiros*

Projeto gráfico, capa e diagramação: *ZAP Design*

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M392m Marx, Karl, 1818-1883
Manifesto do partido comunista / Karl Marx, Friedrich Engels.---1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular, 2008.
67 p.

Indexado em GeoDados - <http://www.geodados.uem.br>
ISBN 978-85-7743-080-2

1. Comunismo. 2. Socialismo. 3. Filosofia alemã - Século XIX. 4. Filosofia moderna - Século XIX. I. Engels, Friedrich, 1820-1895. II. Título.

CDD 335.4
193.9
CDU 33
1(430)

Bibliotecária: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: junho de 2008

13ª reimpressão: fevereiro de 2020

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR


Rua Abolição, 201 – Bela Vista


CEP 01319-010 – São Paulo – SP

Tel: (11) 3112-0941 / 3105-9500

livraria@expressaopopular.com.br

www.expressaopopular.com.br

 [ed.expressaopopular](https://www.facebook.com/ed.expressaopopular)

 [editoraexpressaopopular](https://www.instagram.com/editoraexpressaopopular)

Sumário

MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA.....	7
I – Burgueses e proletários.....	8
II – Proletários e comunistas.....	29
III – Literatura socialista e comunista	45
IV – Posição dos comunistas diante dos diversos partidos de oposição.....	61

MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA*

Karl Marx
Friedrich Engels

Um espectro ronda a Europa: o espectro do comunismo. Todas as potências da velha Europa se uniram em uma santa campanha difamatória contra ele: o papa e o tsar, Metternich e Guizot, radicais franceses e policiais alemães.

Qual partido de oposição não foi qualificado de comunista por seus adversários no poder? Qual partido de oposição, por sua vez, não lançou de volta a acusação de comunista, tanto a outros opositores

* Este texto é uma reprodução de *O Manifesto Comunista – 150 anos depois*, publicado pela Contraponto Editora e Editora Fundação Perseu Abramo – 1998. Tradução: Victor Hugo Klagsbrunn – professor titular do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense. Escrito entre dezembro de 1847 e janeiro de 1848, o *Manifesto* foi impresso e publicado pela primeira vez em Londres, entre fevereiro e março desse último ano. Esta tradução, feita diretamente do alemão (Marx-Engels-Werke, v. 4, Institut für Marxismus-Leninismus, Dietz-Verlag, Berlim, 1972), se baseia no texto da última edição que foi revisada por Friedrich Engels, em 1890. Ela contém pequenas alterações em relação às edições anteriores.

mais progressistas quanto a seus adversários reacionários?

Duas conclusões decorrem desse fato.

O comunismo já é reconhecido como força poderosa por todas as potências europeias.

Já é tempo de os comunistas exporem abertamente sua visão de mundo, seus objetivos e suas tendências, contrapondo assim um manifesto do próprio partido à lenda do espectro do comunismo.

Com este objetivo, reuniram-se em Londres comunistas de várias nacionalidades e esboçaram este Manifesto, que será publicado em inglês, francês, alemão, italiano, flamengo e dinamarquês.

I – Burgueses e proletários¹

A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito.

Nas épocas anteriores da história, em quase todos os lugares, encontramos sociedades estruturadas em vários segmentos, em uma hierarquia diferenciada das posições dos indivíduos. Na Roma antiga, temos patrícios, guerreiros, plebeus e escravos; na Idade Média, senhores feudais, vassallos, membros de corporações, artesãos e servos; além disso, em quase todas essas classes, novas subdivisões.

A moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas.

Nossa época – a época da burguesia – caracteriza-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. Toda a sociedade se divide, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas: a burguesia e o proletariado.

Dos servos da Idade Média nasceram os burgueses livres das primeiras cidades; a partir destes, desenvolveram-se os primeiros elementos da burguesia.

A descoberta da América e a circunavegação da África abriram um novo campo de ação para

a burguesia nascente. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio com as colônias, o aumento dos meios de troca e do volume das mercadorias em geral trouxeram uma prosperidade até então desconhecida para o comércio, a navegação e a indústria e, com isso, desenvolveram o elemento revolucionário dentro da sociedade feudal em desintegração.

A forma tradicional, feudal ou corporativa, de funcionamento da indústria não permitia atender às necessidades crescentes, decorrentes do surgimento de novos mercados. Em seu lugar aparece a manufatura. O mestre das corporações é deslocado pelo pequeno industrial; a divisão do trabalho entre as diversas corporações desaparece diante da divisão do trabalho no interior das oficinas.

No entanto, os mercados continuaram crescendo e as necessidades aumentando. Também a manufatura não dava conta. Então, o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. No lugar da manufatura surgiu a grande indústria moderna; no lugar dos pequenos produtores, os industriais milionários, os chefes de exércitos industriais inteiros, os burgueses modernos.

A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado

mundial promoveu um desenvolvimento incomensurável do comércio, da navegação e das comunicações. Esse desenvolvimento, por sua vez, voltou a impulsionar a expansão da indústria. E na mesma medida em que indústria, comércio, navegação e estradas de ferro se expandiam, desenvolvia-se a burguesia, os capitais se multiplicavam e, com isso, todas as classes oriundas da Idade Média passavam a um segundo plano.

Vemos, assim, como a burguesia moderna é ela mesma o produto de um longo processo, moldado por uma série de transformações nas formas de produção e circulação.

Cada uma dessas etapas de desenvolvimento da burguesia foi acompanhada por um progresso político correspondente. Segmento social oprimido sob a dominação dos senhores feudais; organizado em associação armada autogerida na comuna;² aqui república urbana independente, ali terceiro estado sujeito aos impostos na monarquia; ou, mais tarde, no período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta; no geral, principal fundamento da grande monarquia – com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial a burguesia conquistou, finalmente, o domínio político exclusivo no Estado representativo

moderno. O poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo.

A burguesia desempenhou na história um papel altamente revolucionário.

Onde passou a dominar, destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Dilacerou sem piedade os laços feudais, tão diferenciados, que mantinham as pessoas amarradas a seus “superiores naturais”, sem pôr no lugar qualquer outra relação entre os indivíduos que não o interesse nu e cru do pagamento impessoal e insensível “em dinheiro”. Afogou na água fria do cálculo egoísta todo fervor próprio do fanatismo religioso, do entusiasmo cavalheiresco e do sentimentalismo pequeno-burguês. Dissolveu a dignidade pessoal no valor de troca e substituiu as muitas liberdades, conquistadas e decretadas, por uma determinada liberdade, a de comércio. Em uma palavra, no lugar da exploração encoberta por ilusões religiosas e políticas ela colocou uma exploração aberta, desavergonhada, direta e seca.

A burguesia despiu de sua auréola todas as atividades veneráveis, até agora consideradas dignas de pudor piedoso. Transformou o médico, o jurista, o sacerdote, o poeta e o homem de ciência em trabalhadores assalariados.

A burguesia rasgou o véu comovente e sentimental do relacionamento familiar e o reduziu a uma relação puramente monetária.

A burguesia revelou como a brutal demonstração de força da Idade Média, que a reação tanto admira, encontra seu complemento natural na mais inerte ociosidade. Primeiro, ela demonstrou o que a atividade humana pode realizar. Construiu maravilhas maiores que as pirâmides egípcias, os aquedutos romanos e as catedrais góticas. Conduziu expedições que tiram o brilho das grandes migrações e das cruzadas.

A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção, e por conseguinte todas as relações sociais. A conservação inalterada dos antigos modos de produção era a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. A transformação contínua da produção, o abalo incessante de todo o sistema social, a insegurança e o movimento permanentes distinguem a época burguesa de todas as demais. As relações rígidas e enferrujadas, com suas representações e concepções tradicionais, são dissolvidas, e as mais recentes tornam-se antiquadas antes que se consolidem. Tudo o que era sólido desmancha no ar,

tudo o que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas.

A necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares.

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para grande pesar dos reacionários, ela retirou a base nacional da indústria. As indústrias nacionais tradicionais foram, e ainda são, a cada dia destruídas. São deslocadas por novas indústrias, cuja introdução se tornou essencial para todas as nações civilizadas. Essas indústrias não utilizam mais matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das regiões mais distantes, e seus produtos não se destinam apenas ao mercado nacional, mas também a todos os cantos da Terra. Em vez das necessidades antigas, satisfeitas por produtos do próprio país, temos novas demandas supridas por produtos dos países mais distantes, de climas os mais diversos. No lugar da tradicional autossuficiência e do isolamento das nações surge uma circulação universal, uma interdependência geral entre os países. E isso tanto na produção material

quanto na intelectual. Os produtos intelectuais das nações passam a ser de domínio geral. A estreiteza e o isolamento nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis, e das muitas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura mundial.

Com a rápida melhora dos instrumentos de produção e das comunicações, a burguesia logra integrar na civilização até os povos mais bárbaros. Os preços baratos de suas mercadorias são a artilharia pesada com a qual ela derruba todas as muralhas da China e faz capitular até os povos bárbaros mais hostis aos estrangeiros. Sob a ameaça da ruína, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção; força-as a introduzir a assim chamada civilização, quer dizer, se tornarem burguesas. Em suma, ela cria um mundo à sua imagem e semelhança.

A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou cidades enormes, aumentou prodigiosamente a população urbana em comparação com a rural e, dessa forma, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida do campo. Assim como colocou o campo sob o domínio da cidade, também pôs os povos bárbaros e semibárbaros na dependência dos civilizados, as nações agrárias sob o jugo das burguesas, o Oriente sob o Ocidente.

A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Ela aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. Resultou daí a centralização do poder político. Províncias independentes, ligadas até então por débeis laços mas com interesses, leis, governos e aduanas diversos, foram reunidas em uma só nação, com apenas um governo, uma legislação, um único interesse nacional de classe e uma só fronteira aduaneira.

Durante sua dominação, que ainda não completou um século, a burguesia desenvolveu forças produtivas mais maciças e colossais que todas as gerações anteriores. Dominação das forças da natureza, maquinaria, aplicação da química na indústria e na agricultura, navegação a vapor, estradas de ferro, telégrafo elétrico, desbravamento de regiões inteiras, adaptação dos leitos dos rios para a navegação, fixação de populações vindas não se sabe bem de onde – que séculos anteriores poderiam imaginar quanta força produtiva se escondia no seio do trabalho social?

Vemos, portanto: os meios de produção e de circulação, sobre os quais a burguesia se apoia, formaram-se na sociedade feudal. Em uma certa

etapa do desenvolvimento desses meios de produção e de circulação, as forças produtivas não encontravam mais correspondência com as relações com as quais a sociedade feudal produzia e trocava, com a organização feudal da agricultura e da manufatura, em suma, com as relações de propriedade. Estas obstruíam a produção em vez de incentivá-la, transformando-se em outras tantas amarras que a paralisavam. Elas precisavam ser destroçadas e foram destroçadas.

No seu lugar apareceu a livre concorrência, com sua organização social e política correspondente, sob a dominação econômica e política da classe burguesa.

Em nossos dias ocorre uma evolução semelhante. As relações de produção e de circulação burguesas, as relações burguesas de propriedade, a sociedade burguesa moderna – que, como por encanto, criou meios de produção e de circulação tão espetaculares – mais parecem o feiticeiro que não consegue controlar os poderes subterrâneos que ele mesmo invocou. Há décadas a história da indústria e do comércio se restringe à revolta das modernas forças produtivas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que constituem as condições vitais da burguesia e de seu

domínio. Basta mencionar as crises comerciais que, repetidas periodicamente e cada vez maiores, ameaçam a sociedade burguesa. Nessas crises, grande parte não só da produção, mas também das forças produtivas criadas, é regularmente destruída. Nas crises irrompe uma epidemia social que em épocas anteriores seria considerada um contrassenso – a epidemia da superprodução. A sociedade se vê de repente em uma situação de barbárie momentânea: a fome e uma guerra geral de extermínio parecem cortar todos os suprimentos de meios de subsistência, a indústria e o comércio parecem aniquilados, e por quê? Porque a sociedade possui civilização demais, meios de subsistência demais, indústria e comércio demais. As forças produtivas de que dispõe não servem mais para promover as relações burguesas de propriedade; ao contrário, elas se tornaram poderosas demais para tais relações, sendo obstruídas por elas; e tão logo superam esses obstáculos, elas desorganizam a sociedade e colocam em risco a existência da propriedade burguesa. As relações burguesas se tornaram estreitas demais para conter toda a riqueza por elas produzida. Como a burguesia consegue superar as crises? Por um lado, pela destruição forçada de grande quantidade de forças produtivas; por outro, por meio da conquista

de novos mercados e da exploração mais intensa de mercados antigos. Através de quê, portanto? Da preparação de crises mais gerais e violentas e da limitação dos meios que contribuem para evitá-las.

As armas com as quais a burguesia abateu o feudalismo se voltam agora contra ela mesma.

Mas a burguesia não forjou apenas as armas que a levarão à morte; produziu também os homens que usarão essas armas: os trabalhadores modernos, os proletários.

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos trabalhadores modernos, que só sobrevivem se encontram trabalho, e só encontram trabalho se este incrementa o capital. Esses trabalhadores, que são forçados a se vender diariamente, constituem uma mercadoria como outra qualquer, por isso exposta a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as turbulências do mercado.

Com a expansão da maquinaria e da divisão do trabalho, o trabalho dos proletários perdeu toda a autonomia e deixou, assim, de interessar ao trabalhador. Ele se torna um apêndice da máquina, dele se exige o trabalho manual mais simples, monótono e fácil de aprender. Os custos do trabalhador se resumem aos meios de subsistência de que necessita

para se manter e se reproduzir. O preço de uma mercadoria, portanto também do trabalho,³ é igual aos seus custos de produção. Quanto mais adverso o trabalho, menor o salário. Mais ainda: na medida em que maquinaria e divisão do trabalho se expandem, aumenta a massa de trabalho, seja pelo aumento do tempo de trabalho, seja pela exigência de mais trabalho no mesmo intervalo de tempo, maior velocidade das máquinas etc.

A indústria moderna transformou a pequena oficina do mestre patriarcal na grande fábrica do capitalista industrial. Massas de trabalhadores, concentradas na fábrica, são organizadas militarmente. Eles são colocados como soldados rasos sob a supervisão de uma hierarquia inteira de suboficiais e oficiais. Não são apenas serviçais da classe burguesa, do Estado burguês; são oprimidos todos os dias e horas pela máquina, pelo supervisor e, sobretudo, pelos próprios donos das fábricas. Tal despotismo é tanto mais mesquinho, odioso, exasperante, quanto mais abertamente proclama ter no lucro o seu objetivo exclusivo.

Quanto menos destreza e força exige o trabalho manual, isto é, quanto mais a indústria moderna se desenvolve, tanto mais o trabalho dos homens é substituído pelo das mulheres e crianças. Dife-

renças de sexo ou de idade não têm mais qualquer relevância social para a classe trabalhadora. Só há instrumentos de trabalho, cujo preço varia conforme a idade e o sexo.

Uma vez terminada a exploração do operário pelo fabricante mediante o pagamento do salário em dinheiro, caem sobre ele as outras parcelas da burguesia: os proprietários de imóveis, o dono da mercearia, o agiota etc.

Os pequenos empreendedores tradicionais – os pequenos industriais, comerciantes e os que vivem de renda, os artesãos e agricultores – decaem no proletariado; uns, cujo pequeno capital não é suficiente para permitir que adotem os processos da grande indústria, sucumbem frente à concorrência com os grandes capitalistas; outros porque sua habilidade é desvalorizada pelos novos métodos de produção. Assim, o proletário é recrutado em todas as classes da população.

O proletariado percorre diversas etapas em seu desenvolvimento. Sua luta contra a burguesia começa com sua própria existência.

No início, os trabalhadores lutam individualmente; depois é a vez dos operários de uma fábrica, em seguida os trabalhadores de todo um ramo de produção, em uma localidade, contra um único bur-

guês que os explora diretamente. Eles não dirigem seus ataques apenas contra as relações burguesas de produção, mas contra os próprios instrumentos de produção; destroem as mercadorias concorrentes vindas de fora, depredam as máquinas, incendiam as fábricas, procuram reconquistar a posição perdida do trabalhador na Idade Média.

Nessa fase, os trabalhadores formam uma massa espalhada por todo o país, dispersa pela concorrência. Se, por vezes, se juntam para agir, isso ainda não resulta de sua própria união, mas da união da burguesia que, para alcançar seus objetivos políticos, precisa pôr o proletariado em movimento e ainda consegue fazê-lo. Nessa fase, portanto, os proletários não lutam contra seus inimigos, mas contra os inimigos de seus inimigos: os restos da monarquia absoluta, os proprietários de terra, os burgueses não industriais, os pequenos burgueses. Assim, todo o movimento da história está concentrado nas mãos da burguesia; cada vitória conquistada nessas condições é uma vitória da burguesia.

Com o desenvolvimento da indústria, contudo, o proletariado não só se expande, mas se concentra em grandes massas; sua força aumenta e ele a reconhece cada vez mais. Os interesses e as situações de vida no interior do proletariado igualam-se cada

vez mais, na medida em que a maquinaria elimina as diferenças no trabalho e os salários são reduzidos aos mesmos níveis em quase todo lugar. A concorrência mais acirrada entre os burgueses e as crises comerciais dela resultantes tornam o salário do trabalhador cada vez mais instável; o aperfeiçoamento incessante e acelerado da maquinaria torna sua existência cada vez mais insegura. Cada vez mais, os choques entre trabalhadores individuais e burgueses individuais tomam o caráter de choque entre duas classes. Os trabalhadores começam a formar associações contra a burguesia; lutam juntos para assegurar seu salário. Fundam organizações permanentes, de modo a se prepararem para a ocorrência de ondas esporádicas de sublevações. Em alguns lugares a luta explode em revoltas.

De tempos em tempos os trabalhadores saem vitoriosos. Mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o sucesso imediato, mas a união crescente. Ela é incentivada pela expansão dos meios de comunicação, produzidos pela grande indústria, que colocam os trabalhadores das mais diversas localidades em contato. Basta esta ligação para centralizar as numerosas lutas locais em uma luta nacional, em uma luta de classes. Toda luta de classes é, contudo, uma luta política. E

a união que os cidadãos da Idade Média, com suas estradas vicinais, só alcançaram em séculos, com as estradas de ferro os proletários modernos realizam em poucos anos.

Esta organização dos proletários em classe, e com isso em partido político, pode ser destruída em qualquer momento pela concorrência entre os próprios trabalhadores. Porém, ela ressurgue sempre, mais vigorosa, mais firme, mais poderosa. Ela força o reconhecimento dos interesses específicos dos trabalhadores na forma de leis, na medida em que eles se aproveitam das divisões entre os burgueses. Assim ocorreu, por exemplo, quando foi aprovada a limitação da jornada de trabalho em dez horas na Inglaterra.

Os choques que ocorrem na velha sociedade estimulam de muitas maneiras o desenvolvimento do proletariado. A burguesia vive em conflitos permanentes: inicialmente contra a aristocracia; mais tarde, contra segmentos da própria burguesia, cujos interesses passaram a se opor ao progresso da indústria; e sempre contra a burguesia dos demais países. Em todas essas lutas, a burguesia se vê forçada a apelar para o apoio do proletariado e arrastá-lo para a arena política. Ela mesma, portanto, supre os elementos para a formação política do proletariado, isto é, as armas contra ela mesma.

Além disso, como vimos, com o progresso da indústria, parcelas significativas das classes dominantes são degradadas e caem no proletariado ou, ao menos, se veem ameaçadas em suas condições de vida. Também elas passam ao proletariado uma massa importante de elementos educativos.

Por último, nos períodos em que a luta de classes se aproxima da hora decisiva, o processo de dissolução no interior das classes dominantes e de toda a velha sociedade adquire um caráter tão vivo e intenso que até uma pequena parcela da classe dominante dela se separa e se junta à classe revolucionária, à classe que carrega o futuro em suas mãos. Como outrora uma fração da nobreza aliou-se à burguesia, também uma parte da burguesia passa agora para o lado do proletariado, especialmente uma parte dos ideólogos da burguesia que alcançam uma compreensão teórica do movimento histórico em seu conjunto.

De todas as classes que hoje se contrapõem à burguesia, só o proletariado constitui uma classe verdadeiramente revolucionária. Todas as demais se arruinam e desaparecem com a grande indústria; o proletariado, ao contrário, é seu produto mais autêntico.

As classes médias – o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão, o camponês – com-

batem a burguesia para garantir a própria existência como classes médias e impedir o próprio declínio. Portanto, não são revolucionárias, mas conservadoras. Mais ainda, são reacionárias, pois tentam virar a roda da história para trás. Quando são revolucionárias, é porque estão na iminência de passar para o proletariado; não defendem então seus interesses atuais, mas futuros; abandonam seu próprio ponto de vista para se colocar no do proletariado.

O lumpemproletariado, essa parcela passiva, em decomposição, das camadas inferiores da velha sociedade, pode, às vezes, ser arrastado para o interior do movimento pela revolução proletária; suas condições de vida, contudo, fazem com que ele tenda mais a se deixar comprar para atividades reacionárias.

As condições de sobrevivência da velha sociedade já estão destruídas nas condições de existência do proletariado. O proletário não tem propriedades, sua relação com mulher e filhos já não tem nada em comum com as relações familiares burguesas; o trabalho industrial moderno, a sujeição do operário ao capital – na Inglaterra como na França, na América como na Alemanha –, retirou dele qualquer caráter nacional. Para ele, as leis, a moral, a religião são preconceitos burgueses que ocultam outros tantos interesses burgueses.

Todas as classes dominantes anteriores procuraram garantir sua posição submetendo a sociedade às suas condições de apropriação. Os proletários só podem se apoderar das forças produtivas sociais se abolirem o modo de apropriação típico destas e, por conseguinte, todo o modo de apropriação em vigor até hoje. Os proletários nada têm de seu para salvaguardar; eles têm que destruir todas as seguranças e todas as garantias da propriedade privada até aqui existentes.

Todos os movimentos precedentes foram movimentos de minorias ou em interesse de minorias. O movimento proletário é o movimento autônomo da imensa maioria no interesse da imensa maioria. O proletariado, a camada mais inferior da sociedade atual, não pode se levantar, colocar-se de pé, sem mandar pelos ares todas as camadas superpostas que constituem a sociedade oficial.

Não obstante, a luta do proletariado contra a burguesia – não pelo seu conteúdo, mas pela forma – é em primeira instância nacional. O proletariado de cada país tem que derrotar, antes de tudo, sua própria burguesia.

Ao delinear as fases mais gerais do desenvolvimento do proletariado, descrevemos a guerra civil mais ou menos oculta que se trava no interior da

sociedade atual, até o ponto em que ela explode em revolução aberta e o proletariado funda seu domínio por meio da derrubada violenta da burguesia.

Todas as sociedades até agora se apoiaram, como vimos, no antagonismo entre classes dominantes e dominadas. Mas, para que uma classe possa ser oprimida, é necessário garantir-lhe as condições que lhe permitam, pelo menos, sobreviver em sua existência servil. O servo evoluiu, no interior da própria servidão, até se tornar membro da comuna, assim como o pequeno-burguês, sob o jugo do absolutismo feudal, elevou-se à categoria de burguês. O operário moderno, ao contrário, em vez de ascender com o progresso da indústria, afunda-se cada vez mais abaixo das condições de sua própria classe. O trabalhador se torna um pobre, e a pobreza se expande ainda mais rapidamente que a população e a riqueza. Evidencia-se assim, abertamente, que a burguesia é incapaz de permanecer por mais tempo como classe dominante e de impor à sociedade, como leis supremas, as condições de sua própria existência. Ela não é capaz de dominar porque é incapaz de garantir a existência do seu escravo no interior mesmo da escravidão; porque ela se vê obrigada a permitir que ele decaia a tal ponto, que precisa alimentá-lo em

vez de ser alimentada por ele. A sociedade já não consegue mais viver sob o domínio da burguesia, isto é, a existência desta já não é mais compatível com a sociedade.

A condição essencial para a existência e a dominação da classe burguesa é a concentração de riqueza nas mãos de particulares, a formação e a multiplicação do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado. Este se baseia na concorrência entre os trabalhadores. O progresso da indústria, de que a burguesia é o agente passivo e inconsciente, substitui o isolamento dos trabalhadores, decorrente da concorrência, pela sua união revolucionária, por meio da associação. Com o desenvolvimento da grande indústria, portanto, a base sobre a qual a burguesia assentou seu regime de produção e apropriação dos produtos é solapada. A burguesia produz, antes de mais nada, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis.

II – Proletários e comunistas

Qual a posição dos comunistas diante dos proletários em geral?

Os comunistas não constituem um partido especial, separado dos demais partidos operários.

Não têm interesses distintos dos interesses do proletariado em seu conjunto.

Não defendem princípios particulares, com os quais queiram moldar o movimento proletário.

Os comunistas se diferenciam dos demais partidos proletários apenas porque eles, por um lado, salientam e põem em prática os interesses de todo o proletariado em todas as lutas nacionais dos proletários, independentemente de sua nacionalidade; por outro lado, porque, em todas as etapas da luta do proletariado contra a burguesia, defendem sempre os interesses do conjunto do movimento.

Os comunistas são, na prática, a parcela mais decidida e mais avançada dos partidos operários de cada país; eles compreendem teoricamente, adiante da massa de proletários, as condições, a evolução e os resultados mais gerais do movimento proletário.

O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo dos demais partidos proletários: a constituição do proletariado em classe, a derrubada do domínio da burguesia, a conquista do poder político pelo proletariado.

As proposições teóricas dos comunistas não se assentam sobre ideias e princípios que tenham sido inventados ou descobertos por este ou aquele reformador do mundo.

Elas são apenas a expressão geral de uma luta de classes existente, de um movimento histórico que se desenrola sob nossos olhos. A supressão das atuais relações de propriedade não é algo que diferencia o comunismo.

As relações de propriedade sempre passaram por mudanças e transformações históricas.

A Revolução Francesa, por exemplo, suprimiu a propriedade feudal em prol da propriedade burguesa.

O que caracteriza o comunismo não é a supressão da propriedade em si, mas a supressão da propriedade burguesa.

Porém, a propriedade burguesa moderna constitui a última e mais completa expressão do modo de produção e apropriação baseado em antagonismos de classes, na exploração de uma classe por outra.

Neste sentido, os comunistas podem resumir sua teoria em uma única expressão: supressão da propriedade privada.

Nos acusam, aos comunistas, de suprimir o que foi adquirido pessoalmente, a propriedade conquistada por meio do próprio trabalho; a propriedade que se declara ser o fundamento de toda liberdade, de toda atividade e de toda autonomia individuais.

Propriedade adquirida a partir do próprio trabalho! Vocês se referem à propriedade pequeno-burguesa ou do pequeno camponês, que antecedeu à propriedade burguesa? Essa não precisamos abolir; o desenvolvimento da indústria já a aboliu e continua abolindo diariamente.

Ou estão se referindo à propriedade burguesa moderna?

Será que o trabalho assalariado, o trabalho do proletário, cria propriedade para ele? De modo algum. Cria capital, quer dizer, propriedade que explora o trabalho assalariado e que só pode se multiplicar se criar mais trabalho assalariado que possa ser novamente explorado. A propriedade, em sua forma atual, move-se no antagonismo entre capital e trabalho. Vejamos os dois lados dessa oposição.

Ser capitalista não significa apenas ocupar uma posição pessoal, mas antes de mais nada uma posição social na produção. O capital é um produto social e só pode ser posto em movimento pela ação comum de muitos membros, e mesmo, em última instância, de todos os membros da sociedade.

O capital não é, portanto, uma força pessoal; é uma força social.

Se, conseqüentemente, o capital é transformado em propriedade comum, pertencente a todos os

membros da sociedade, não é uma propriedade individual que se transformou em propriedade social. Apenas o caráter social da propriedade se transforma. Ela perde seu caráter de classe.

Vejam agora o trabalho assalariado.

O preço médio do trabalho assalariado é o mínimo de salário, isto é, a soma dos meios de subsistência necessários para manter vivo o trabalhador enquanto trabalhador. Assim, por meio de sua atividade, o trabalhador se apropria apenas do suficiente para recriar sua existência. Não queremos, de modo algum, abolir essa apropriação pessoal dos produtos do trabalho, indispensável para a manutenção e a reprodução da vida humana, pois essa apropriação não deixa nenhum saldo que lhe confira poder sobre o trabalho alheio. Queremos abolir o caráter miserável dessa apropriação, que faz com que o trabalhador viva para multiplicar o capital, viva enquanto é de interesse da classe dominante.

Na sociedade burguesa, o trabalho vivo constitui apenas um meio para multiplicar o trabalho acumulado. Na sociedade comunista, o trabalho acumulado é apenas um meio para ampliar, enriquecer e incentivar a existência do trabalhador.

Na sociedade burguesa, portanto, o passado domina o presente; na sociedade comunista, o pre-

sente domina o passado. Na sociedade burguesa, o capital é autônomo e pessoal, enquanto o indivíduo que trabalha não tem autonomia nem personalidade.

À supressão dessa relação a burguesia chama supressão da personalidade e da liberdade. E com toda razão! Trata-se, de fato, da supressão da personalidade, da autonomia e da liberdade do burguês.

No âmbito das atuais relações burguesas de produção, entende-se por liberdade o livre comércio, a liberdade de compra e venda.

Desaparecendo o comércio, desaparece também o livre comércio. Os discursos da burguesia sobre o livre comércio, como todas as demais bravatas libertárias de nossa burguesia, só têm sentido frente ao comércio tolhido, frente ao cidadão servil da Idade Média, mas não frente à supressão comunista do comércio, das relações burguesas de produção e da própria burguesia.

Vocês se horrorizam com o fato de que queremos abolir a propriedade privada. No entanto, a propriedade privada foi abolida para nove décimos dos integrantes de sua sociedade; ela existe para vocês exatamente porque para nove décimos ela não existe. Vocês nos acusam de querer suprimir a propriedade cuja premissa é privar de propriedade a imensa maioria da sociedade.

Vocês nos acusam, em resumo, de querer acabar com a sua propriedade. De fato, é isso que queremos.

Vocês declaram que a individualidade será abolida a partir do momento em que o trabalho não possa mais se transformar em capital, em dinheiro, em renda da terra, em suma, em um poder socialmente monopolizável; quer dizer, a partir do momento em que a propriedade individual não possa mais se tornar burguesa.

Vocês confessam, portanto, que só consideram como indivíduo o burguês, o proprietário burguês. Este indivíduo, de fato, deve ser abolido.

O comunismo não retira a ninguém o poder de apropriar-se de produtos sociais; apenas suprime o poder de, através dessa apropriação, subjugar trabalho alheio.

Alega-se que, com a abolição da propriedade privada, toda atividade seria paralisada e a preguiça se disseminaria.

Se assim fôsse, a sociedade burguesa já teria sucumbido à ociosidade; pois nela os que trabalham não lucram nada, e os que lucram não trabalham. Toda a objeção se resume a uma tautologia: não haverá mais trabalho assalariado no momento em que não mais houver capital.

Todas as críticas dirigidas contra o modo comunista de produção e de apropriação são estendidas à produção e apropriação dos produtos do trabalho intelectual. Assim como o fim da propriedade de classe significa, para o burguês, o fim da produção, também o fim da cultura de classe é identificado com o fim da cultura.

Para a imensa maioria, a cultura, cuja perda o burguês lamenta, é apenas o adestramento que permite manejar uma máquina.

Porém, não discutam conosco só porque vocês tomam como padrão para a abolição da propriedade burguesa a sua concepção burguesa de liberdade, educação, direito etc. Suas ideias são produto das relações burguesas de produção e de propriedade, assim como o Direito não é nada mais que a vontade de sua classe erigida em lei, uma vontade cujo conteúdo é determinado pelas condições materiais de vida de sua própria classe.

Vocês partilham com todas as classes dominantes já desaparecidas as concepções interesseiras, segundo as quais suas relações de produção e de propriedade, transitórias no curso da produção, são transformadas, por razões históricas, em leis naturais e racionais. O que vocês aceitam para a propriedade antiga ou a propriedade

feudal, já não podem aceitar para a propriedade burguesa.

Abolição da família! Até os mais radicais exaltam-se com essa infame intenção dos comunistas.

Em que se baseia a família atual, burguesa? No capital, no lucro privado. Na sua plenitude, ela existe apenas para a burguesia; mas encontra seu complemento na ausência forçada de família entre os proletários e na prostituição.

A família dos burgueses desaparece naturalmente com o desaparecimento desse seu complemento, e ambos desaparecem com a abolição do capital.

Vocês nos acusam de desejar abolir a exploração das crianças pelos pais? Nós confessamos esse crime.

Vocês afirmam, porém, que queremos abolir os vínculos mais íntimos, na medida em que propomos substituir a educação doméstica pela social.

Mas, a sua educação também não é determinada pela sociedade? Por acaso vocês não educam através de relações sociais, através de ingerência direta ou indireta da sociedade, com ajuda das escolas etc.? Os comunistas não inventaram a interferência da sociedade na educação; eles apenas modificam seu caráter e tiram a educação da influência da classe dominante.

O palavrorio burguês sobre família e educação, sobre a relação estreita entre pais e filhos, torna-se tanto mais repugnante quanto mais a grande indústria rompe todos os laços familiares dos proletários e as crianças são transformadas em simples artigos de comércio e instrumentos de trabalho.

Mas vocês, os comunistas, querem introduzir a comunidade das mulheres, clama a burguesia em coro.

O burguês vê sua mulher como mero instrumento de produção. Ele ouve dizer que os instrumentos de produção devem ser explorados de forma comum e conclui, naturalmente, que haverá comunidade de mulheres.

Ele não imagina que, nesse caso, trata-se precisamente de abolir o papel da mulher como simples instrumento de produção.

A propósito, nada mais ridículo que a indignação moralizante de nossos burgueses sobre a pretensa comunidade oficial de mulheres que os comunistas adotariam. Os comunistas não precisam introduzir a comunidade das mulheres, ela quase sempre existiu.

Nossos burgueses, não contentes com o fato de disporem das mulheres e filhas dos seus proletários, para não mencionar a prostituição oficial, se divertem em seduzir mutuamente suas esposas.

O casamento burguês é, na verdade, a comunidade das esposas. Poder-se-ia, no máximo, imputar aos comunistas desejarem introduzir, no lugar de uma comunidade de mulheres oculta e hipócrita, outra oficial e sincera. É evidente que, com a abolição das relações atuais de produção, também a comunidade de mulheres, que delas decorre, quer dizer, a prostituição oficial e não oficial, desaparecerá.

Além disso, os comunistas são acusados de querer abolir a pátria, a nacionalidade.

Os trabalhadores não têm pátria. Não se lhes pode tomar uma coisa que não possuem. Porém, ao conquistar o poder político, ao se constituir em classe dirigente nacional, o proletariado precisa se constituir ele mesmo em nação; assim, ele continua sendo nacional, embora de modo algum no sentido burguês.

As diferenças e contradições entre os povos desaparecem cada vez mais com o desenvolvimento da burguesia, com a liberdade de comércio, com o mercado mundial, com a uniformização da produção industrial e das condições de vida que lhe são correspondentes.

O domínio do proletariado fará com que tais contradições desapareçam ainda mais. A ação unificada do proletariado, pelo menos nos países

civilizados, é uma das condições primordiais para sua emancipação.

À medida que a exploração de um indivíduo por outro for abolida, também o será a exploração de uma nação por outra.

Com o fim do antagonismo de classes no interior das nações, desaparece também a hostilidade entre as nações.

As acusações levantadas contra os comunistas a partir de pontos de vista religiosos, filosóficos e ideológicos, no geral, não merecem considerações pormenorizadas.

Será necessária inteligência tão profunda para entender que, com a mudança das condições de vida das pessoas, das suas relações sociais, de sua existência social, também se modificam suas representações, concepções e conceitos, em suma, também sua consciência?

O que demonstra a história das ideias senão que a produção intelectual se transforma com a produção material? As ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante.

Fala-se de ideias que revolucionam uma sociedade; com isso expressa-se apenas o fato de que no interior da velha sociedade se formam os elementos de uma nova, e que a abolição das velhas ideias

acompanha a supressão das velhas condições de vida.

Quando o mundo antigo estava em declínio, suas religiões foram superadas pela religião cristã. Quando as ideias cristãs no século XVIII cederam diante do Iluminismo, a sociedade feudal mantinha um combate mortal contra a burguesia então revolucionária. As ideias da liberdade de religião e de consciência apenas expressavam o domínio da livre concorrência no campo do conhecimento.

“Ideias religiosas, morais, filosóficas, políticas, jurídicas etc.”, dirão, “modificaram-se ao longo da História. Porém, a religião, a moral, a filosofia, a política, o direito sempre sobreviveram a essas transformações. Além disso, existem verdades eternas, como liberdade, justiça etc., que são comuns a todas as condições sociais. O comunismo quer abolir as verdades eternas, suprimir a religião e a moral, em vez de lhes dar uma nova forma; portanto, ele contradiz toda a evolução histórica anterior.”

A que se reduz essa acusação? A história de todas as sociedades até o presente movimentou-se em torno de antagonismos de classe que, em cada época, se apresentavam de forma diferente.

Quaisquer que tenham sido essas formas, a exploração de uma parcela da sociedade por outra é

um fato comum em todos os séculos passados. Por isso, não é de se estranhar que a consciência social de todas as épocas, apesar da diversidade e da diferença, se movimente segundo certas formas comuns; em formas de consciência que só se dissolverão com o desaparecimento dos antagonismos de classe.

A revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações de propriedade remanescentes; não é de se espantar que, em seu desenvolvimento, rompa-se de modo mais radical com as ideias do passado.

Deixemos de lado as objeções da burguesia ao comunismo.

Já vimos que o primeiro passo da revolução dos trabalhadores é a ascensão do proletariado à situação de classe dominante, ou seja, a conquista da democracia.

O proletariado vai usar seu predomínio político para retirar, aos poucos, todo o capital da burguesia, para concentrar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado – quer dizer, do proletariado organizado como classe dominante – e para aumentar a massa das forças produtivas o mais rapidamente possível.

Naturalmente, isso só pode ocorrer, de início, por meio de intervenções despóticas no direito de propriedade e nas relações burguesas de pro-

dução; através, portanto, de medidas que talvez pareçam insuficientes e insustentáveis do ponto de vista econômico, mas que tragam resultados para além de si mesmas e sejam indispensáveis para revolucionar todo o modo de produção.

Essas medidas terão que ser diferentes nos vários países.

No caso dos países mais avançados, no entanto, poderão ser utilizadas, de modo mais ou menos generalizado, as seguintes:

1. Expropriação da propriedade latifundiária e utilização da renda da terra para cobrir despesas do Estado.

2. Imposto fortemente progressivo.

3. Abolição do direito de herança.

4. Confisco da propriedade de todos os emigrados e sediciosos.

5. Centralização do crédito nas mãos do Estado, por meio de um banco nacional com capital estatal e monopólio exclusivo.

6. Centralização do sistema de transportes nas mãos do Estado.

7. Multiplicação das fábricas e dos instrumentos de produção pertencentes ao Estado, desbravamento das terras incultas e melhora das terras cultivadas segundo um plano geral.

8. Trabalho obrigatório para todos, constituição de brigadas industriais, especialmente para a agricultura.

9. Organização conjunta da agricultura e da indústria, com o objetivo de suprimir paulatinamente a diferença entre cidade e campo.

10. Educação pública e gratuita para todas as crianças. Supressão do trabalho fabril de crianças, tal como praticado hoje. Integração da educação com a produção material etc.

Uma vez que, no processo, desapareçam as diferenças de classe e toda a produção esteja concentrada nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. O poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para dominar outra. Se, em sua luta contra a burguesia, o proletariado necessariamente se constitui em classe, se por meio de uma revolução se converte em classe dominante e, como tal, suprime violentamente as velhas relações de produção, então, junto com elas, suprime os antagonismos de classes e as classes em geral e, com isso, abole sua própria dominação de classe.

No lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classe, surge uma associação em que o livre desenvolvimento de cada

um é pressuposto para o livre desenvolvimento de todos.

III – Literatura socialista e comunista

1. O socialismo reacionário

a) O socialismo feudal

Por sua posição na história, as aristocracias francesa e inglesa viram-se chamadas a escrever panfletos contra a moderna sociedade burguesa. Na revolução francesa de julho de 1830 e no movimento inglês pela reforma, a aristocracia sucumbiu novamente diante da odiada burguesia em ascensão. Não podendo mais travar uma luta política séria, sobrou-lhe apenas a luta literária. Porém, mesmo no campo da literatura, o palavrório costumeiro do tempo da Restauração⁴ já não era mais aceitável. Para suscitar simpatias, a aristocracia viu-se obrigada a deixar aparentemente de lado seus interesses específicos, passando a formular, contra a burguesia, acusações que eram de interesse da classe trabalhadora explorada. Dedicou-se, assim, ao prazer de compor canções injuriosas e sussurrar profecias mais ou menos sinistras no ouvido de seu novo senhor.

Desse modo surgiu o socialismo feudal, meio canção de lamento, meio pasquim satírico e difamante, metade ecos do passado, metade ameaças

sobre o futuro. Atingiu o coração da burguesia com acusações amargas e engenhosas, mas que sempre soavam ridículas por sua incapacidade de compreender a evolução da história moderna.

Para arregimentar o povo, esses senhores agitaram como bandeira a sacola de mendigo do proletariado. Contudo, toda vez que os seguiu, o povo reconheceu em seus traseiros os antigos braços feudais e se dispersou em meio a gargalhadas sonoras e irreverentes.

Os melhores desempenhos nesse tipo de espetáculo foram apresentados por uma parcela dos Legitimistas franceses⁵ e pela Jovem Inglaterra.⁶

Quando os feudais demonstram que sua forma de exploração era diferente daquela adotada pela burguesia, esquecem que eles exploravam em circunstâncias e condições completamente diferentes, hoje existentes apenas como resquícios. Quando ressaltam que durante seu domínio não existia o proletariado moderno, esquecem que a moderna burguesia foi um fruto necessário de sua ordem social.

De resto, disfarçam tão pouco o caráter reacionário de sua crítica, que sua principal acusação à burguesia é exatamente a de que, sob o regime desta, desenvolve-se uma classe que vai mandar pelos ares toda a velha ordem social.

Eles não acusam a burguesia de ter criado o proletariado, mas sobretudo de ter criado um proletariado revolucionário.

Por isso, na prática política, participam de todas as medidas violentas contra a classe operária e, na vida cotidiana, apesar de todas as suas declarações presunçosas, confortam-se em colher os frutos dourados e trocar a lealdade, o amor e a honra pelo comércio de lã, beterraba e aguardente.⁷

Assim como o clero sempre caminhou de mãos dadas com os senhores feudais, também o socialismo clerical marcha lado a lado com o socialismo feudal.

Nada mais fácil que dar ao ascetismo cristão um verniz de socialismo. Não clamou o cristianismo também contra a propriedade privada, o matrimônio e o Estado? Em seu lugar, não pregou a caridade e a pobreza, o celibato e a mortificação da carne, a vida monástica e a Igreja? O socialismo cristão é apenas a água benta com a qual o clérigo bendiz o dissabor dos aristocratas.

b) O socialismo pequeno-burguês

A aristocracia feudal não foi a única classe derubada pela burguesia e cujas condições de existência se degeneraram e desapareceram na sociedade

burguesa moderna. A pequena burguesia medieval, que nos seus primórdios vivia fora dos muros das cidades [*Pfahlbuergertum*], e o pequeno campesinato foram os precursores da moderna burguesia. Nos países industrial e comercialmente menos desenvolvidos, essas classes ainda vegetam, ao lado da burguesia em ascensão.

Onde a moderna civilização se desenvolveu, formou-se uma nova pequena burguesia, parcela complementar da sociedade burguesa, que paira entre o proletariado e a burguesia e se reconstitui sempre. Mas seus membros são constantemente precipitados no proletariado pela ação da concorrência. Com o desenvolvimento da grande indústria, veem aproximar-se o momento de sua desapareição, como parcela autônoma da sociedade moderna. No comércio, na manufatura, na agricultura, serão substituídos por supervisores e empregados.

Em países como a França, onde a classe camponesa representa bem mais da metade da população, era natural que os escritores que apoiavam o proletariado, em sua luta contra a burguesia, adotassem critérios da pequena burguesia e do pequeno campesinato em sua crítica ao regime burguês e tomassem partido pelos operários, mas do ponto de vista da pequena burguesia. Formou-se assim o

socialismo pequeno-burguês. Sismondi é o principal representante dessa literatura, não só na França como também na Inglaterra.

Esse socialismo esmiuçou com grande perspicácia as contradições inerentes às modernas relações de produção. Pôs a nu as apologias hipócritas dos economistas. Demonstrou irrefutavelmente os efeitos destrutivos da maquinaria e da divisão do trabalho, a concentração dos capitais e da propriedade da terra, a superprodução, as crises, o declínio necessário dos pequeno-burgueses e dos camponeses, a miséria do proletariado, a anarquia da produção, a distribuição gritantemente má da riqueza, a guerra industrial de extermínio entre as nações, a dissolução dos velhos costumes, dos velhos laços familiares, das antigas nacionalidades.

Visto de seu lado positivo, no entanto, esse socialismo almeja ou restabelecer os antigos meios de produção e de circulação e, com eles, as relações de propriedade e a sociedade antiga, ou aprisionar violentamente os meios modernos de produção e de circulação nos marcos das antigas relações de propriedade, que foram destruídas, e tinham que ser destruídas, por eles. Em ambos os casos, tal socialismo é simultaneamente reacionário e utópico.

Sistema corporativo na manufatura e economia patriarcal no campo, estas são suas últimas palavras.

Em seu desenvolvimento ulterior essa corrente se perdeu em uma choradeira covarde.

c) *O socialismo alemão ou “verdadeiro” socialismo*

A literatura socialista e comunista da França, que surgiu sob a pressão de uma burguesia dominante e é expressão da luta contra essa dominação, foi introduzida na Alemanha na época em que a burguesia apenas começara sua luta contra o absolutismo feudal.

Filósofos, semifilósofos e impostores alemães se apoderaram avidamente dessa literatura e esqueceram apenas que, com a importação da literatura francesa na Alemanha, não foram importadas ao mesmo tempo as condições sociais da França. Nas condições alemãs, essa literatura francesa perdeu todo sentido prático e assumiu uma aparência puramente literária. Estava condenada a ser apenas especulação ociosa sobre a realização do ser humano. Assim, para os filósofos alemães do século XVIII, as reivindicações da primeira revolução francesa tinham apenas o sentido de representar, no geral, as demandas da “razão prática”. As expressões de vontade da burguesia revolucionária francesa sig-

nificavam, aos seus olhos, leis da vontade pura, da vontade como ela deve ser, da verdadeira vontade humana.

O trabalho dos literatos alemães resumiu-se em conciliar as novas ideias francesas e sua antiga consciência filosófica ou, mais ainda, a se apropriar das ideias francesas a partir de seu próprio ponto de vista filosófico.

Essa apropriação ocorreu da mesma maneira como alguém se apropria de um idioma estrangeiro: pela tradução.

É fato conhecido que os monges recobriam manuscritos de obras clássicas antigas, de épocas pagãs, com insípidas histórias de santos católicos. Os literatos alemães procederam de modo inverso com a literatura francesa profana. Escreveram seus desatinos filosóficos por trás do original francês. Por exemplo, atrás da crítica francesa das funções do dinheiro eles escreveram “alienação da existência humana”, atrás da crítica francesa do Estado burguês eles escreveram “eliminação do poder da universalidade abstrata”, e assim por diante.

Batizaram a tradução indevida dos desenvolvimentos franceses com aquelas expressões filosóficas de “filosofia da ação”, “socialismo verdadeiro”,

“ciência alemã do socialismo”, “justificativa filosófica do socialismo” etc.

Assim, a literatura socialista-comunista francesa foi formalmente castrada. E já que ela, nas mãos dos alemães, deixou de expressar a luta de uma classe contra outra, estes se convenceram de que haviam superado a “estreiteza francesa”; defendiam não verdadeiras necessidades, mas a “necessidade do verdadeiro”; interesses do ser humano, o próprio ser humano, em vez dos interesses dos proletários; interesses do indivíduo que não pertence a nenhuma classe, que nem mesmo pertence à vida real, mas apenas ao céu nebuloso da fantasia filosófica.

Esse socialismo alemão, que levava tão a sério e festivamente seus exercícios escolares e apregoava seu charlatanismo espalhafatosamente, foi perdendo aos poucos sua inocência pedante.

A luta da burguesia alemã, mais especificamente prussiana, contra os senhores feudais e a monarquia absoluta – em suma, o movimento liberal – tornou-se entrementes mais sério.

Assim, ao “verdadeiro” socialismo ofereceu-se a oportunidade tão esperada de contrapor ao movimento político as demandas socialistas. Pôde lançar os anátemas tradicionais contra o liberalismo, a liberdade burguesa de imprensa, o direito burguês,

a liberdade e a igualdade burguesas, o Estado representativo, a concorrência burguesa; e pregar às massas populares que elas nada tinham a ganhar com esse movimento burguês; mais ainda, tinham tudo a perder. O socialismo alemão esqueceu oportunamente que a crítica francesa, da qual era o eco sem espírito, tinha por pressuposto a sociedade burguesa moderna, com suas condições materiais de vida correspondentes, e uma constituição política adequada – pressupostos que, na Alemanha, estavam por ser conquistados.

Como espantalho bem-vindo contra a burguesia em perigosa ascensão, o “verdadeiro” socialismo serviu aos governos absolutos alemães e seu séquito de religiosos, professores, fidalgotes rurais e burocratas.

Foi o complemento adocicado das chibatadas amargas e dos tiros com que os mesmos governos tratavam as revoltas operárias na Alemanha.

Além de o “verdadeiro” socialismo ser uma arma na mão dos governos contrários à burguesia, ele também representou diretamente um interesse reacionário, o da pequena burguesia retrógrada. Na Alemanha, a pequena burguesia, resquício do século XVI e sob várias formas sempre recriada, constitui a verdadeira base de sustentação do *status quo*.

Sua conservação é a conservação das condições imperantes na Alemanha. A pequena burguesia teme a dominação econômica e política da burguesia, pois ela implica sua derrocada segura, por causa, de um lado, da concentração do capital e, de outro, do surgimento do proletariado revolucionário. O socialismo “verdadeiro” pareceu à pequena burguesia capaz de matar ambos os coelhos com uma só cajadada. Alastrou-se como uma epidemia.

A roupagem, tecida com trama especulativa, bordada com belas expressões retóricas, embebida em orvalho sentimental, essa roupagem espalhafatosa na qual os socialistas alemães envolviam suas poucas e esqueléticas “verdades eternas” servia apenas para aumentar a venda de sua mercadoria junto ao público.

O socialismo alemão, por seu lado, compreendeu cada vez mais sua vocação: ser o representante patético dessa pequena burguesia retrógrada.

Ele proclamou a nação alemã como a nação normal e o pequeno-burguês alemão como o indivíduo normal. Deu às infâmias deste um sentido oculto, elevado, socialista, que significava exatamente o contrário do que eram. Enfim, foi até as últimas consequências e se posicionou contra a tendência “brutalmente destrutiva” do comunismo, anun-

ciando que pairava de forma imparcial acima das lutas de classes. Com poucas exceções, todas as publicações pretensamente socialistas ou comunistas que circulam na Alemanha se enquadram nessa literatura suja e enervante.⁸

2. O socialismo conservador ou burguês

Uma parte da burguesia deseja remediar os males sociais para garantir a existência da sociedade burguesa.

Fazem parte desse grupo: economistas, filantropos, humanistas, benfeitores da classe operária, organizadores da caridade, protetores dos animais, fundadores de sociedades de abstinência, reformadores obscuros de toda espécie. E o socialismo burguês também foi elaborado até formar sistemas completos.

Como exemplo mencione-se a *Filosofia da miséria*, de Proudhon.

Os socialistas burgueses querem as condições de vida da sociedade moderna, sem os conflitos e os perigos que dela necessariamente decorrem. Desejam a sociedade atual, subtraindo dela os elementos revolucionários e que contribuem para sua dissolução. Querem a burguesia sem o proletariado. Naturalmente, a burguesia concebe o mundo no qual

ela domina como o melhor dos mundos. O socialismo burguês completa essa concepção até constituir um meio-sistema ou um sistema inteiro. Quando convida o proletariado a concretizar seus sistemas e ingressar na nova Jerusalém, no fundo ele exige apenas que o proletariado se paralise na atual sociedade, mas abandone suas opiniões hostis sobre a mesma.

Uma segunda forma desse tipo de socialismo, menos sistemática porém mais prática, tenta tirar da classe operária o gosto por todo movimento revolucionário, afirmando que o que lhe pode ser útil não é tal ou qual mudança política, mas somente uma mudança das condições materiais de vida, das condições econômicas. Por mudança das condições materiais de vida, esse socialismo não entende, de modo algum, a abolição das relações burguesas de produção, só possível por via revolucionária, mas melhoras administrativas a serem realizadas no âmbito das mesmas relações de produção; que, portanto, não mudam nada na relação entre capital e trabalho assalariado e, quando muito, diminuem os custos da dominação para a burguesia e simplificam o trabalho administrativo de seu Estado.

O socialismo burguês só atinge uma expressão adequada quando se reduz a uma simples figura de retórica.

Livre comércio, no interesse da classe operária! Barreiras alfandegárias, no interesse da classe operária! Presídios, no interesse da classe operária! Eis a última palavra, a única pronunciada seriamente pelo socialismo burguês.

O socialismo da burguesia reduz-se à afirmação de que os burgueses são burgueses – no interesse da classe operária.

3. O socialismo e o comunismo crítico-utópicos

Não nos referimos aqui à literatura que, em todas as grandes revoluções modernas, expressou as reivindicações do proletariado (os escritos de Babeuf etc.)

As primeiras tentativas do proletariado de impor diretamente seus interesses de classe, em uma época de muita agitação, de derrocada da sociedade feudal, fracassaram necessariamente, pela forma não desenvolvida do proletariado ou pela ausência de condições materiais para sua libertação, que são elas mesmas produto da época burguesa. Por seu conteúdo, a literatura revolucionária que acompanhou esses primeiros movimentos do proletariado era necessariamente reacionária. Preconizava um ascetismo generalizado e um igualitarismo grosseiro.

Os sistemas propriamente socialistas e comunistas – como os de Saint-Simon, Fourier, Owen etc. – aparecem na primeira fase, pouco desenvolvida, da luta entre o proletariado e a burguesia, como expusemos acima (ver “Burgueses e proletários”).

Na própria sociedade dominante, os inventores desses sistemas reconhecem, sem dúvida, o antagonismo de classes e os efeitos de seus elementos desagregadores. Contudo, não atribuem ao proletariado qualquer autonomia histórica, qualquer movimento político próprio.

Como a evolução do conflito de classes acompanha o desenvolvimento da indústria, os socialistas e comunistas utópicos não encontram tampouco as condições materiais para a libertação do proletariado e procuram uma ciência social, leis sociais, que crie essas condições.

No lugar da atividade social, aparece necessariamente sua atividade inventiva, pessoal; no lugar das condições históricas da libertação, apenas condições fantasiosas; no lugar da organização paulatina do proletariado até se constituir em classe, apenas a organização de uma sociedade inventada por eles. A história futura do mundo resume-se à pura propaganda e à execução prática de seus planos sociais.

É verdade que eles estão conscientes de representar, em seus planos, principalmente os interesses da classe trabalhadora, a mais sofredora. Para eles, o proletariado existe apenas sob este ponto de vista, como classe que mais sofre.

O estágio pouco desenvolvido da luta de classes, assim como sua própria condição social, os levam a considerar-se acima da luta de classes. Querem melhorar a condição de todos os segmentos sociais, também dos mais bem-situados. Por isso, apelam a toda a sociedade, sem diferenciação. Na verdade, preferencialmente à classe dominante. É como se bastasse entender o seu sistema para reconhecê-lo como o melhor plano possível para a melhor sociedade possível.

Por isso, rejeitam toda ação política, quer dizer, revolucionária; querem atingir seu objetivo por meios pacíficos e tentam abrir caminho para o novo evangelho social pela força do exemplo, por meio de experimentos inexpressivos que, naturalmente, sempre fracassam.

A descrição fantasiosa da sociedade futura surge em uma época em que o proletariado, pouco desenvolvido, ainda avalia de modo fantasioso sua própria posição e seus primeiros esforços intuitivos para transformar a sociedade.

No entanto, os escritos socialistas e comunistas também contêm elementos críticos. Atacam os fundamentos da sociedade atual. Forneceram, por isso, material dos mais valiosos para esclarecer os trabalhadores. Suas formulações positivas sobre a sociedade futura – por exemplo, o fim da contraposição entre cidade e campo, a abolição da família, do lucro privado e do trabalho assalariado, a proclamação da harmonia social, a transformação do Estado em uma mera gestão da produção – todas essas proposições anunciam a abolição do antagonismo de classes, que está no início e que eles conhecem somente em suas primeiras formas imprecisas. Essas proposições têm, por isso, um sentido puramente utópico.

A importância do socialismo e do comunismo utópicos está em razão inversa ao desenvolvimento histórico. À medida que a luta de classes se desenvolve e ganha formas mais definidas, essa tentativa fantasiosa de abstrair-se dela, esse combate fantasioso contra ela, perde todo valor prático e toda justificativa teórica. Por isso, os pioneiros desses sistemas, em muitos sentidos, foram revolucionários, mas seus discípulos formam sempre seitas reacionárias. Aferram-se às velhas concepções dos mestres, apesar do progresso histórico do proletariado. Procuram, e nisso são consequentes, atenuar a luta de classes

e conciliar os conflitos. Ainda sonham em realizar experimentalmente suas utopias sociais, como o estabelecimento de falanstérios isolados, a fundação de *home-colonies*, a construção de uma pequena Icária,⁹ versão da nova Jerusalém em minúsculos Estados. Para construir esses castelos no ar, precisam apelar à filantropia dos corações e dos bolsos burgueses. Aos poucos, caem na categoria dos socialistas reacionários ou conservadores, descritos acima, e se diferenciam destes apenas por um pedantismo mais sistemático, pela fé supersticiosa nos efeitos milagrosos de sua ciência social.

Por tudo isso, eles se opõem decididamente a todo e qualquer movimento político dos trabalhadores, que só pode ocorrer por cega descrença no novo evangelho. Os owenistas na Inglaterra reagiram contra os cartistas, os fourieristas na França contra os reformistas.¹⁰

IV – Posição dos comunistas diante dos diversos partidos de oposição

A partir do exposto no capítulo II, a relação dos comunistas com os partidos operários já constituídos explica-se por si mesma; isso vale, portanto, para a relação com os cartistas na Inglaterra e com os reformistas agrários na América do Norte.

Os comunistas lutam pelos objetivos e interesses mais imediatos da classe operária, mas, ao mesmo tempo, representam no movimento atual o futuro do movimento. Na França eles se aliam ao partido democrata-socialista¹¹ contra a burguesia conservadora e radical sem, no entanto, abdicar do direito de se posicionar criticamente frente a palavras e ilusões legados pela tradição revolucionária.

Na Suíça, apoiam os radicais, sem deixar de reconhecer que esse partido se compõe de elementos contraditórios: uma parte constituída de socialistas democráticos, no sentido francês, outra de burgueses radicais.

Entre os poloneses, os comunistas apoiam o partido que coloca a revolução agrária como condição para a libertação nacional; o mesmo que deflagrou a Insurreição de Cracóvia em 1846.¹²

Na Alemanha, o Partido Comunista luta juntamente com a burguesia, sempre que ela assume posição revolucionária contra a monarquia absoluta, a propriedade feudal e a pequena burguesia.

O Partido, no entanto, não deixa em momento nenhum de esclarecer a contradição antagônica entre burguesia e proletariado, para que os trabalhadores alemães possam usar as condições sociais e políticas, que a dominação da burguesia precisa

introduzir, como armas que se voltem contra ela, de modo que após a derrocada das classes reacionárias na Alemanha a luta contra a burguesia seja travada.

Os comunistas dirigem sua atenção principalmente para a Alemanha, porque o país está às vésperas de uma revolução burguesa e porque essa reviravolta ocorre sob as condições avançadas da civilização europeia, com um proletariado muito mais desenvolvido que o da Inglaterra do século XVII e o da França do século XVIII. Por isso, a revolução burguesa alemã pode ser o prelúdio de uma revolução proletária.

Em suma, os comunistas apoiam em toda parte todo movimento revolucionário contra as condições sociais e políticas atuais.

Em todos esses movimentos, põem em primeiro lugar a questão da propriedade, independentemente da forma, mais ou menos desenvolvida, que ela tenha assumido.

Por último, os comunistas trabalham por toda parte pela união e o entendimento entre os partidos democráticos em todos os países.

Os comunistas não ocultam suas opiniões e objetivos. Declaram abertamente que seus fins só serão alcançados com a derrubada violenta da ordem social existente. Que as classes dominantes tremam

diante de uma revolução comunista. Os proletários não têm nada a perder nela, além de seus grilhões. Têm um mundo a conquistar.

Proletários de todos os países, uni-vos!

Notas

- ¹ Por burgueses entende-se a classe dos capitalistas modernos que são proprietários dos meios sociais de produção e utilizam o trabalho assalariado. Por proletários, a classe dos modernos trabalhadores assalariados que, não possuindo meios próprios de produção, dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver. [Observação de Engels incluída na edição inglesa de 1888]
- ² As cidades nascentes na França se autodenominavam “comunas”, até mesmo antes de conquistarem os direitos políticos e a administração autônoma, na qualidade de “terceiro Estado”, frente aos senhores feudais e aos mestres das corporações. De modo geral, tomamos a Inglaterra como o país típico do desenvolvimento econômico da burguesia e a França como referência de sua evolução política. [Observação de Engels à edição inglesa de 1888]
- ³ Em obras posteriores, em vez dos conceitos de “valor do trabalho” e “preço do trabalho”, Marx e Engels utilizam o conceito mais preciso de “valor da força de trabalho e “preço da força de trabalho”. [Nota da edição alemã em MEW, v. 4, p. 649]

- ⁴ Trata-se não da Restauração Inglesa (1660-1689), mas do período da Restauração na França (1814-1830). [Observação de Engels para a edição inglesa de 1888]
- ⁵ Legitimistas: partidários da dinastia dos Bourbon, derrubada em 1830. Eles representavam os interesses dos latifundiários por hereditariedade. Na luta contra a dinastia dominante dos Orleans, que se apoiava na aristocracia financeira e na grande burguesia, uma parcela dos legitimistas recorreu não raramente à demagogia social e se apresentou como defensora dos trabalhadores contra a exploração da burguesia. [Nota da edição alemã em MEW, v. 4, p. 620]
- ⁶ Jovem Inglaterra: grupo de políticos ingleses e literatos que pertenciam ao Partido Conservador; o grupo se formou no começo da década de 1840. Os representantes da Jovem Inglaterra expressavam a insatisfação da aristocracia proprietária de terras em relação ao crescente poder econômico e político da burguesia. Eles recorreram a meios demagógicos para tentar colocar a classe operária sob sua influência e aproveitar-se de sua luta contra a burguesia. No *Manifesto*, Marx e Engels chamam suas concepções de “socialismo feudal”. Os representantes mais conhecidos da Jovem Inglaterra foram Disraeli e Thomas Carlyle. [Nota da edição alemã em MEW, v. 4, p. 620]
- ⁷ Isso se refere principalmente ao caso alemão, em que a nobreza agrária e os *Junkers* [grandes proprietários rurais, N. do T.] produzem em boa parte de suas propriedades

por conta própria, com a ajuda de administradores, e, além disso, são grandes produtores de açúcar de beterraba e de aguardente de batata. Os aristocratas ingleses mais abastados ainda não se rebaixaram tanto; mas eles também sabem como se pode compensar a diminuição de sua renda emprestando seus nomes a fundadores de sociedades anônimas de reputação mais ou menos duvidosa. [Observação de Engels à edição inglesa de 1888]

⁸ A tempestade revolucionária de 1848 varreu essa tendência sórdida e tirou toda a vontade de seus partidários de continuar no campo do socialismo. O principal representante e tipo clássico dessa tendência é o sr. Karl Grün. [Observação de Engels à edição alemã de 1890]

⁹ *Home-Kolonien* (colônias no interior) foi uma expressão usada por Owen para denominar sua amostra de sociedade comunista. Falanstérios eram as colônias socialistas propostas por Charles Fourier. Cabet deu o nome de Ikarien à sua utopia e, mais tarde, à sua colônia comunista na América. [Observação de Engels à edição inglesa de 1888]

¹⁰ Reformistas: partidários da revista parisiense *La Réforme*, que lutavam pela proclamação da República e a introdução de reformas democráticas e sociais. [Nota da edição alemã em MEW, v. 4, p. 620]

¹¹ O partido que então se denominava socialista-democrático na França era aquele representado politicamente por Ledru-Rollin e na literatura por Louis Blanc; ele estava,

portanto, a milhas de distância da socialdemocracia alemã atual. [Observação de Engels à edição alemã de 1890]

- ¹² Em fevereiro de 1846 preparava-se nos países poloneses um levante que tinha por objetivo a libertação nacional da Polônia. Os iniciadores do levante foram principalmente os democratas revolucionários poloneses. A rebelião malogrou por causa da traição de elementos provenientes da baixa nobreza e da prisão dos líderes pela polícia prussiana. Por isso, ocorreram apenas agitações revolucionárias isoladas. Apenas no Estado Livre de Cracóvia, que estava sob o controle comum da Áustria, da Rússia e da Prússia, os rebeldes lograram vencer em 22 de fevereiro e constituíram um governo nacional que lançou um manifesto pela supressão dos deveres feudais. Ao mesmo tempo começou uma rebelião de camponeses ucranianos na Galícia [região hoje correspondente à parte do Sul da Polônia e da Ucrânia. N. do T.]. Tirando proveito dos conflitos de classe e das contradições nacionais entre a baixa nobreza e os camponeses, os órgãos governamentais austríacos lograram, em alguns casos, incitar choques entre as tropas da baixa nobreza e as dos pequenos camponeses. O levante em Cracóvia foi derrotado no início de março de 1846 e, em seguida, o governo austríaco reprimiu a rebelião camponesa na Galícia. Em novembro de 1846, Áustria, Prússia e Rússia assinaram um tratado que integrou Cracóvia na Áustria. [Nota da edição alemã em MEW, v. 4, p. 618]